

## **Título do workshop**

De olho no legislativo: controle social e Internet no Congresso Nacional

## **Formato do workshop**

Debate

---

### **Proponente**

Terceiro Setor: Kimberly Anastácio

Gênero: Feminino

Estado: Distrito Federal

E-mail: kim@codingrights.org

Organização: Coding Rights

Setor: Terceiro Setor

Mini-biografia: Mestranda em Ciência Política na Universidade de Brasília (UnB), colaboradora da Coding Rights e pesquisadora do Laboratório de Pesquisa em Políticas Públicas e Internet - LAPIN.

### **Palestrantes**

Setor Governamental: Pedro Brandão

Gênero:

Estado: DF

E-mail: pedro.brandao@camara.leg.br

Organização: LabHacker (Câmara dos Deputados)

Setor Empresarial: Pedro Vilanova

Gênero:

Estado: DF

E-mail: vila7pedro@gmail.com

Organização: Serenata de Amor

Setor: Privado

Terceiro Setor: Lucas Teixeira

Gênero: queer

Estado: RJ

E-mail: lucas@codingrights.org

Organização: Coding Rights

Setor: Terceiro Setor

Comunidade Acadêmica e tecnológica: Bruno Bioni

Gênero: Masculino

Estado: São Paulo

E-mail: bruno@registro.br

Organização: NIC.br

Setor: Comunidade Acadêmica e Tecnológica

Mini-Biografia: Mestre pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Foi study visitor do Departamento de Proteção de Dados Pessoais do Conselho da Europa (2015) e pesquisador visitante no Centro de Pesquisa de Direito, Tecnologia e Sociedade da Faculdade de Direito da Universidade de Ottawa (2014-2015). Atualmente é advogado do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Br/NIC.br.

Moderadora:  
Terceiro Setor: Bia Barbosa  
Gênero: Feminino  
Estado: DF  
E-mail: bia@intervozes.org.br  
Organização: Intervozes  
Setor: Terceiro Setor

Relatora:  
Nome: Joana Varon  
Data de nascimento:  
Estado: Rio de Janeiro  
E-mail: joana@codingrights.org  
Organização: Coding Rights  
Setor: Terceiro Setor

---

## **1. Estruturação do workshop**

O objetivo principal do workshop foi promover uma discussão acerca do cenário para Internet no Congresso Nacional e de iniciativas de controle social da administração pública. Com isso, apresentamos um panorama dos principais projetos de lei sendo discutidos atualmente no legislativo a partir da perspectiva dos diversos setores e identificamos ferramentas para desenvolver maior controle social sobre os poderes federais. Também discutimos possibilidades e estratégias de monitoramento legislativo e controle social que facilitam o acompanhamento das iniciativas que podem afetar diretamente o ambiente da Internet no Brasil.

O workshop foi organizado no formato de um debate. Painelistas de cada setor representado contribuíram com suas perspectivas em dois blocos:

1. Cada palestrante apresentou iniciativas e estratégias de monitoramento e controle social (Serenata de Amor, Radar Legislativo e Coalizão Direitos na Rede, plataforma de participação social da Câmara dos Deputados e iniciativa do NIC.br).
2. Cada palestrante respondeu à pergunta "Como podemos melhorar o acompanhamento legislativo e o controle social relacionado à governança da Internet?"

Após as duas rodadas de apontamentos dos(as) palestrantes, colhemos comentários e perguntas da plateia, que contribuiu com cerca de cinco participações. Posteriormente, os(as) palestrantes responderam às perguntas e comentários do público.

---

## **2. Síntese dos debates**

1. Rodada de apresentação de iniciativas e estratégias de monitoramento e controle social:

Lucas Teixeira:

- Apresentação da Coalizão Direitos na Rede;
- Apresentação do Radar Legislativo: plataforma que identifica e mapeia projetos de lei presentes no Congresso Nacional.

Bruno Bioni:

- Internet no Congresso Nacional: apresentação do monitoramento do NIC.br, uma curadoria de informação da Câmara dos Deputados;
- O NIC.br formou 16 critérios de pesquisa que buscam abarcar as três camadas da Internet e o decálogo do CGI - de um total 2897 projetos identificados, foram selecionados 305;
- Hoje, mapearam 460 PLs no total - a maioria da Câmara dos Deputados (83.4%);
- Cresceu a preocupação e produção de leis pós Marco Civil da Internet.

Pedro Vilanova:

- Explicação sobre o projeto Serenata de Amor;
- Brasil tem muito dado disponível, mas pouco acessível à cidadã;
- Criaram a Rosie: uma robô que lê a base de dados da Câmara dos Deputados;
- A Serenata mantém contato com a Câmara pedindo informação e denunciando;
- Aliam o uso de tecnologia com a iniciativa humana.

Pedro Brandão:

- Explicação sobre o surgimento do LabHacker - pós jornadas de Junho de 2013, com o objetivo de inovar sobre o processo legislativo;
- trabalham sobretudo em dois eixos: participação e transparência;
- Trabalham também com parlamentares.

2. Como podemos melhorar o acompanhamento legislativo e o controle social relacionado à governança da Internet (e.g temas de Internet, como o Marco Civil, a Lei de Dados Pessoais, a Lei de Acesso à Informação etc)?

Lucas Teixeira:

Através da:

- Explicação/visualização do processo legislativo;
- Tradução da relevância dos temas sobre direitos digitais para o público em geral com a produção de narrativas como o chupadados.com;
- Aproximação do público com os deputados, com iniciativas como o Serenata;
- Melhora da interoperabilidade/abertura dos dados, aproximando-se, por ex, do Labhacker.

Bruno Bioni:

- Análise da evolução temporal das pautas: identificar quem são os partidos, observar os picos de propostas depois da aprovação do marco civil: (ex: franquia e baleia azul).
- Combate ao costume de introdução de projetos de lei de caráter punitivo.

Pedro Vilanova:

- É preciso dar acesso fácil ao cidadão ao debate político;
- A política é um jogo e as pessoas precisam participar.

Pedro Brandão:

- É preciso massificar iniciativas de participação ativa para além das redes sociais, por exemplo, através do e-democracia e do wikilegis;
- É preciso disponibilizar projetos de formato aberto, incluindo o histórico de tramitação e as emendas.

Palavras finais da relatora, Bia Barbosa:

- Enfrentamos o desafio de mostrar que política não é só denúncia, mas também a compreensão da informação em prol de uma participação construtiva, para além das denúncias que precisam ser feitas;

- A tradução da política é necessária não só para a sociedade como um todo, mas também para deputados/as.

---

### **3. Perguntas da plateia**

- Como serenata pretende expandir para além do mapeamento do gasto parlamentar?
  - Em relação à "pauta participativa" do Labhacker, gerar um consenso racional?
  - Como lidar com bots?
  - Como descentralizar as discussões sobre esses temas para além de BSB/SP?
  - Como expandir essas iniciativas para o nível municipal/estadual?
  - Qual o limite entre transparência, monitoramento e vigilância?
  - Como fomentar a união entre essas iniciativas apresentadas?
  - Como lidar com os limites da "democracia direta"?
- 

### **4. Consensos**

1. As iniciativas precisam estar mais conectadas;
2. É preciso pensar e divulgar boas práticas de dados abertos que facilitem o monitoramento e o controle social do poder público;
3. É preciso familiarizar a população com os processos políticos e com os recursos tecnológicos para tanto.